

O papel da história no modo de exposição de *O capital* de Marx¹

Gustavo Machado²

Resumo:

No presente artigo procuramos evidenciar que as categorias da obra principal de Marx possuem uma dimensão histórica que está intimamente relacionada com as incursões nas formas sociais que antecederam o capitalismo. Tais incursões históricas não seriam, como comumente se interpreta, meros recursos literários ou ilustrativos. Ao contrário, são um momento necessário para a apreensão e crítica da forma específica por meio da qual a riqueza é apropriada no modo de produção capitalista, revelando a impossibilidade de uma derivação meramente lógica das categorias. Nessa direção, acreditamos que este artigo auxilia na compreensão das radicais diferenças entre a dialética de Marx e a de Hegel.

Palavras-chaves: Marx; história; abstração; dialética.

The role of History in the expositive method of Marx's Capital

Abstract:

In this article, we aim to show that the categories of Marx's main work have a historical dimension that is closely related to the incursions of the social forms that preceded capitalism. Thus such historical incursions would not be, as it is commonly interpreted, mere literary or illustrative resources. On the contrary, they behave as a necessary moment for the understanding and for the criticism towards the specific form through which wealth is appropriated by the capitalist mode of production. This reveals the impossibility of a simply logical derivation of categories. In this sense, we believe that the present article corroborates to the understanding of the radical differences between Marx's dialectics and Hegel's dialectics.

Key words: Marx; history; abstraction; dialectic.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. Endereço eletrônico: gustavohlm@yahoo.com.br.

(...) as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história.

Roman Rosdolsky

Será necessário, mais tarde, (...) corrigir o modo idealista da apresentação que produz a aparência de que se trata simplesmente das determinações conceituais e da dialética desses conceitos.

Karl Marx

O primeiro volume de *O capital* de Marx completou, em setembro de 2017, 150 anos de sua primeira edição. Apesar desse longo período, é sensato reconhecer que poucas obras, na história do pensamento ocidental, foram submetidas a um destino tão desafortunado. Quanto a este destino, cabe uma breve recapitulação.

Já nas primeiras décadas de sua divulgação, a obra principal de Marx foi rapidamente enredada nos ecletismos teóricos predominantes na social-democracia alemã, quando Eduard Bernstein proclamou o “retorno a Kant”: uma base teórica de todo alheia a *O capital*. Não sem razão, foi precisamente nesse contexto que Lênin, após seus estudos de Hegel, declarou que “não se pode compreender plenamente *O capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido *toda a Lógica* de Hegel. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista o compreendeu” (LÊNIN, 2011, p. 157).

Esta afirmação de Lênin, de que após meio século nenhum marxista compreendera *O capital*, pode parecer um exagero retórico, no entanto, pensamos que não é o caso. Basta rememorar que foi somente nos anos de 1920, portanto, posteriormente a essa consideração de Lênin, que Isaak Rubin esclareceu, pela primeira vez, a teoria do valor de Marx, base de todo edifício categorial de *O capital*; mostrando que, longe de ser uma continuidade da teoria do valor de David Ricardo, diversamente, desenvolvera-se em clara contraposição a esta.

Ora, se verificamos, no primeiro terço do século passado, um certo florescimento dos estudos de *O capital* do qual Isaak Rubin foi uma das expressões mais brilhantes, esse percurso se interrompeu abruptamente sob o terror stalinista e hitlerista que exterminou fisicamente toda uma geração de marxistas. Testemunha desse processo, Roman Rosdolsky, no centenário de *O capital*, em 1967, disse no prefácio de sua célebre obra, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, que

não se atreveria a escrever um comentário aos *Grundrisse* se ainda existisse como existia na primeira terça parte deste século uma

escola de teóricos marxistas que estivessem mais preparados para cumprir a tarefa. Mas a última geração de teóricos marxistas dignos deste nome já nos deixou, na maioria dos casos como vítimas do terror, hitlerista ou stalinista. Isso interrompeu por décadas o desenvolvimento do patrimônio ideológico marxista (ROSDOLSKY, 2001, p. 17).

Diante desse quadro, cabe perguntar: hoje, passados 150 anos da publicação do primeiro volume da obra principal de Marx, teria este cenário se alterado? Teria *O capital* de Marx sido apropriado em toda sua profundidade e extensão? Apesar de alguns avanços inquestionáveis verificados nos últimos 50 anos, pensamos que esta pergunta pode ser respondida apenas negativamente.

Quanto aos avanços, pensamos que o abandono do kantismo e suas variantes meramente analíticas, associado à nova palavra de ordem dos estudiosos mais recentes de *O capital* – “retorno a Hegel” – gerou frutos. Em particular, destaca-se a recuperação da dialética em *O capital* de Marx como modo de exposição [*Darstellung*]. Não como um método *a priori* externamente aplicado a múltiplos conteúdos, não como um sistema deduzido de um princípio dogmático ou um axioma, mas como o desenvolvimento do objeto, no caso, o capital e o capitalismo, em sua imanência, sem imposições e sobreposições externas de qualquer tipo. Tal perspectiva sepultou de uma vez por todas a possibilidade de se ler *O capital* em partes estanques, separadas e independentes umas das outras. Este aspecto foi desenvolvido, primeiramente, pelo estudioso da obra de Hegel: Hans Friedrich Fulda (1974), em célebre ensaio publicado no ano de 1974. No Brasil, a questão foi difundida em artigo de Marcos Lutz Müller (1982) e, nos anos 1990, recebeu importantes aportes em outro célebre artigo de Hector Benoit (1996).

Se, no entanto, são inquestionáveis certas relações entre o pensamento de Marx e o de Hegel – bem como os avanços na compreensão de *O capital* à luz deste último, como intuía Lênin –, a maior parte dos comentadores, dando um passo adiante, procurou entrelaçar, em distintas direções, o conjunto da estrutura de *O capital* com aquela da *Ciência da lógica* de Hegel. Neste artigo, denominamos os estudiosos que seguiram esta tendência de marxistas hegelianos.

Proliferam, nessa direção, leituras que procuram uma correspondência direta entre esses dois escritos, uma homologia entre suas respectivas estruturas. Hiroshi Uchida (1988), por exemplo, aponta correspondências entre os capítulos dos *Grundrisse* relativos ao dinheiro, ao capital e sua introdução com as respectivas seções da *Ciência da lógica*: a “Doutrina do ser”, a “Doutrina da essência” e a “Doutrina do conceito”. Já Christopher

Arthur (2016) associa o movimento de troca de mercadorias e o valor em *O capital* à “Doutrina do ser” e a duplicação do valor em mercadoria e dinheiro à “Doutrina da essência”, ao mesmo tempo em que identifica o conceito de capital com a “Doutrina do conceito”. Sua análise prossegue com outros paralelos mais específicos entre uma obra e outra. Por exemplo, as determinações da mercadoria como intercambialidade: o total de mercadorias trocadas e seu valor de troca são postos lado a lado com as categorias expostas na “Doutrina do ser”, a saber, a qualidade, a quantidade e a medida (ARTHUR, 2004, pp. 89-107). Já Enrique Dussel (1994, pp. 187-203), diversamente de Arthur, associa a categoria da qualidade ao valor de uso, a quantidade ao valor de troca e a medida ao dinheiro.

Os exemplos poderiam se multiplicar interminavelmente sem em nada alterar o cenário geral acima indicado. Ou seja, apesar de tantos trabalhos, do arsenal de livros e artigos que, desde ao menos o final dos anos 1960, mas particularmente nos últimos 20 anos, propõe-se a solucionar o presente enigma, pouco ou nada se avançou no esclarecimento da questão³. Esse cenário nos obriga a refletir até que ponto este retorno a Hegel se transformou de uma fonte luminosa em um obstáculo para a correta compreensão de *O capital*.

Mais precisamente, cabe perguntar se seria legítimo pressupor que a estrutura da *Ciência da lógica* é passível de uma tradução, ainda que por analogia, naquela de *O capital* de Marx. Não acreditamos nessa hipótese. Não sem razão, as tentativas de fundamentá-la redundaram em um acachapante fracasso. Nos limites deste artigo, todavia, longe estamos de querer discutir todas as facetas do problema. Propomo-nos a debater apenas um de seus aspectos – mas suficiente, acreditamos, para pôr fim a qualquer ambição de encontrar uma homologia entre as estruturas das duas obras em questão: este aspecto é o papel da história no interior do modo de exposição de *O capital*.

Antes, todavia, fazem-se necessárias digressões sobre alguns aspectos da *Ciência da lógica* hegeliana, no modesto intuito de situar com mais clareza o problema a ser tratado no presente artigo.

³ Outros trabalhos que procuram estabelecer as semelhanças ou as diferenças estruturais entre essas duas obras, com resultados igualmente incongruentes entre si, são: Sekine (1997), Smith (1993), Albritton (2003), Murray (2008) e Reichelt (2013).

A derivação puramente lógica das categorias na Ciência da lógica de Hegel

Na *Ciência da lógica* (1993) Hegel desenvolve uma dialética pura do pensamento que culmina em uma unidade especulativa racional: a ideia lógica, em que o pensamento tem por objeto a si mesmo, sendo, portanto, uma ciência que toma o pensar puro enquanto conteúdo do próprio pensar. Somente em um estágio posterior de seu sistema, após o desdobrar imanente desse domínio puramente conceitual –, possível, segundo Hegel, graças ao Absoluto pressuposto –, veremos emergir o domínio da natureza e do Espírito, no interior do qual se encontra a história, a arte, a religião e a própria filosofia. Todos esses domínios, em verdade, momentos internos da *Ciência da lógica*, ainda que, nesse nível da exposição, estejam colocados apenas em si, apenas em potência.

Nesse percurso, apesar de o Absoluto não ser intuído dogmaticamente e apresentado explicitamente no começo da *Lógica*, ele rege todo desdobramento conceitual enquanto pressuposto que deverá ser posto pela exposição, atingindo a plenitude de suas determinações enquanto sistema.

Ora, sendo a *Lógica*, para Hegel, o momento em-si do Espírito, o princípio que contém potencialmente todas determinações da realidade, é compreensível que este desdobrar dos pensamentos puros preceda, em sua exposição, todos os demais domínios da realidade, incluindo todas determinações materiais e históricas. A *Ciência da lógica*, portanto, seria o movimento de autoexposição do pensamento, ainda que tomado enquanto algo dotado de vida e, por isso mesmo, contrário à lógica formal, cujos conteúdos estáticos e mortos se sobrepõem ao sensível e ao material.

Um momento ilustrativo da tradição filosófica em que se verifica esse desdobrar dos pensamentos puros, retomado explicitamente pelo próprio Hegel, é a segunda parte do diálogo *Parmênides* de Platão.

Em suas *Lições sobre Platão* Hegel diz que a “obra famosa mais célebre da dialética platônica é o diálogo *Parmênides*” (HEGEL, 2006, p. 60). Aí vemos “o grande valor que Platão concede ao exame dialético. Não é um exame daquilo que é exterior, mas um exame apenas do que deve valer como determinação”. Este exame seriam justamente “os pensamentos puros, eles são o conteúdo; sua consideração é viva, eles não são mortos, eles se movem. E seu movimento consiste em fazerem-se outros de si mesmos e mostrar, assim, que sua unidade é a única a ser verdadeiramente legítima” (HEGEL, 2006, p. 61). Nesse sentido, a segunda parte desse diálogo constituiria o mais elevado exemplo da dialética platônica. Vejamos, nessa direção, como se

realiza este desdobrar puro do pensamento em um pequeno trecho do referido diálogo de Platão.

Na segunda parte do diálogo, o personagem Parmênides parte da seguinte hipótese: “se é Um”, a partir do qual começa a deduzir as demais determinações. Se “*um é*” segue-se que “*um não seria múltiplas coisas*”. Ora, se não é múltiplo, “é preciso nem haver parte dele, nem ser ele um todo”, afinal, sendo um todo terá partes e, tendo partes, será múltiplo. Daí se segue que, “se não tem nenhuma parte, não teria nem princípio, nem fim nem meio”. Na ausência de princípio e fim, não possuirá limites, sendo ilimitado (PLATÃO, 2013, p. 55). E assim o processo lógico segue nesse desdobramento interno da hipótese inicial, atribuindo ao *um* uma série de determinações negativas: não terá lugar, não está sujeito a alteração nem ao movimento etc.

O que nos interessa aqui notar é que é justamente esse processo de dedução dialética – que, no caso do diálogo de Platão, partindo de um pressuposto, deduz immanentemente todas demais determinações sem recorrer a quaisquer elementos de ordem externa – que Hegel considera o que há de realmente grande na dialética platônica, ainda que este indique limites no pensamento do fundador da Academia que não convém aqui analisar.

Acontece que, em sua *Ciência da lógica*, vemos exatamente esse desdobrar puro dos conceitos, uma derivação dialética que, em sua forma lógica, precede ontologicamente todas formas de sua manifestação, toda exterioridade. Mais ainda. Ao pressupor um sujeito Absoluto que se exterioriza no curso da história, Hegel pôde partir de um conceito: o “Ser, puro ser, sem nenhuma outra determinação”, “pura abstração” ou, em uma palavra, o “Nada” e, então, deduzir immanentemente os demais conceitos: não-ser, devir e assim por diante.

Sabemos, todavia, que em Marx as categorias possuem sempre uma base material pressuposta, o que, de imediato, coloca a questão de como conciliar o saber especulativo de Hegel com uma ciência solidamente materialista. Essa questão é abundantemente tratada pelos marxistas hegelianos. Cada um propõe uma explicação diversa de como uma lógica idealista poderia servir de base para uma ciência materialista. Por distintos caminhos, normalmente se sustenta que, no caso do capitalismo, a realidade material assume a forma de um idealismo. Mas a questão que pretendemos abordar neste artigo vai além da base material pressuposta pelas categorias em Marx. Como traçar uma homologia entre a *Ciência da lógica* e *O capital* se neste último a configuração, por assim dizer, lógica das categorias traduz uma forma *histórica* de organização social? Seria este predicado, histórico, um mero adjetivo agregado a essa idealidade capitalista, sem nenhuma

consequência maior para a exposição? A maioria dos comentadores responde afirmativamente a esta última questão, baseando-se unicamente no fato de que, em *O capital*, as categorias não são apresentadas em uma ordem histórica. Conjugado a este aspecto, normalmente se argumenta que um desenvolvimento categorial imanente, dotado de necessidade, apenas pode se dar no âmbito de uma idealidade ou de uma razão pura.

Por exemplo, Christopher Arthur diz que a crítica da economia política de Marx “não pode ser lida como uma explicação histórica para o desenvolvimento, visto que o movimento da história não é dotado de necessidade. Considerando que *uma derivação dialética pressupõe uma necessidade imanente*”. Daí conclui que “Engels tinha razão ao identificar em Marx um desenvolvimento dialético das categorias, e citar Hegel como uma importante fonte para o método dialético. Mas ele deveria ter olhado para a lógica de Hegel, em vez de sua filosofia da história” (ARTHUR, 1997, p. 12, grifos nossos).

Outro autor que caminha nessa mesma direção é Tony Smith. Ele argumenta que uma exposição categorial que corresponda ao movimento histórico padece de várias inadequações. Em primeiro lugar, essa ordem histórica é claramente violada no interior de *O capital*, além de ser incongruente com o esforço de Marx de rastrear as relações internas por trás das aparências. Ele afirma ainda que observações históricas são inadequadas ante o objetivo de estabelecer conexões necessárias. Afinal, “*somente um raciocínio pode estabelecer uma conexão sistemática entre duas categorias*. [... Assim,] a lógica dialética sistemática, e não uma forma histórica lógica da dialética, é a mais adequada para estabelecer conexões categoriais necessárias do tipo crucial para a teoria de Marx” (SMITH, 1993, p. 45, grifos nossos).

Como veremos logo adiante, concordamos com esses autores: em *O capital* as categorias não seguem uma ordem de exposição que corresponda a um percurso histórico, tratando-se, realmente, de rastrear as relações internas por trás das aparências. No entanto, a questão não nos parece assim tão simples. Se o capital é uma forma histórica de organização social e não pressupõe um Absoluto ou algo análogo ontologicamente anterior à história, como descartar ou secundarizar, coerentemente, a história de uma exposição que procura dar conta do automovimento e dos nexos internos do capital? É o que abordaremos em seguida.

Em que sentido o capital é histórico?

Em um bem conhecido trecho da “Introdução” dos *Grundrisse*, Marx comenta sobre o modo de exposição das categorias econômicas em sua crítica da economia política. Citemos a passagem integralmente:

Seria impraticável e falso (...) deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (MARX, 2011, p. 60)

Como se vê, as categorias se sucedem no interior de *O capital* segundo a “estruturação no interior da moderna sociedade burguesa”, seja qual for a ordem em que se desenvolveram historicamente na sucessão das diversas formas de sociedade. E, de fato, da primeira à última linha, o objeto de Marx em *O capital* é sempre o modo de produção capitalista considerado em sucessivos níveis de abstração e concreção. Historicamente, essa passagem é da mais alta relevância. Geração após geração de marxistas, tais como K. Kautsky, Rosa Luxemburgo, Ernest Mandel, Paul Sweezy, Ronald Meek – apenas para citar alguns dos mais proeminentes – interpretaram a primeira seção de *O capital* como referenciando uma forma de sociedade denominada “produção simples de mercadorias”, forma social fundada na atividade comercial que precedera a produção capitalista propriamente dita e que nela desembocou⁴.

Em verdade, Marx jamais menciona essa hipotética sociedade baseada na produção simples de mercadorias e, no nosso entender, não existe, em nosso tempo, um só pesquisador sério que corrobore tal hipótese interpretativa. O problema que nos ocupa a partir de agora se encontra no outro lado da moeda. Após rejeitar acertadamente essa leitura de *O capital*, a maior parte dos comentadores contemporâneos fundou um Marx puramente lógico, hegeliano ao modo da *Ciência da lógica*.

Segundo essa nova abordagem, se, na exposição das categorias que conformam o modo de produção capitalista, o que realmente interessa é sua

⁴ Um breve histórico desse problema é esboçado no interessante artigo de Christopher Arthur: O mito da “produção simples de mercadorias” (ARTHUR, 2009).

configuração no interior da moderna sociedade burguesa (que, por sua vez, não coincide com a ordem em que estas se desenvolveram historicamente), então, podemos colocar a história entre parênteses ou literalmente deixá-la de lado. É suficiente nos debruçarmos sobre a sociedade burguesa em sua configuração presente e penetrarmos em suas entranhas reproduzindo idealmente sua hierarquia e dinâmica interna. Entretanto, como explicar a constante insistência de Marx quanto ao caráter histórico e não natural das categorias econômicas? Como explicar sua persistente crítica aos economistas precedentes por apagarem as diferenças históricas e verem a sociedade burguesa em todas formas de sociedade?

Os defensores dessa perspectiva têm a resposta na ponta da língua. É suficiente o reconhecimento de que as determinações constituintes do capital são um resultado histórico ou, dito de outro modo, são constituídas historicamente. Ali onde os economistas burgueses viam uma determinação natural e eterna das sociedades humanas, basta substituir o rótulo “natural” por “historicamente determinado” e todos problemas estão sanados. Ou, ainda, posto de outro modo, uma vez que a história concluiu o seu trabalho e elevou as categorias que compõem o capital ao seu ponto máximo de maturação, podemos desfazer da história sem a menor vacilação e nos direcionarmos ao objeto para pensá-lo em sua racionalidade pretensamente imanente.

Na melhor das hipóteses, uma dedução puramente lógica dos conceitos seria inviabilizada unicamente porque, aqui e ali, a análise conceitual depende de certos pressupostos históricos, como é o caso do Capítulo XXIV, em que Marx trata da acumulação originária que fundaria historicamente o primeiro capital; ou do Capítulo IV, que pressupõe o processo histórico que produziu o trabalhador na condição de mero proprietário da força de trabalho⁵.

Segundo essa abordagem do caráter histórico das categorias econômicas – devido unicamente ao fato de serem um resultado de um

⁵ Mesmo um autor cuidadoso como Jorge Grespan, em seu competente livro *O negativo do capital*, parece considerar as coisas desse modo. Apesar de reivindicar uma leitura imanente do texto, em sua exposição a quase totalidade das incursões históricas presentes em *O capital* é abstraída. O próprio autor anuncia que, embora “o objetivo de *O capital* não seja uma narrativa histórica”, o que é absolutamente correto, “suas categorias têm como referência um objeto historicamente constituído – não a forma eterna, natural e única da produção social”. Mas em que sentido o caráter de historicamente constituído se revelaria na obra principal de Marx? Grespan responde em seguida: “de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma mera dedução lógica dos conceitos” (GRESPLAN, 1999, p. 38). Como se nota, o único papel que parece estar reservado à história no interior da arquitetura de *O capital* é colocar, estaticamente, certos pressupostos históricos. Não fossem estes, ao que parece, seria possível uma dedução puramente lógica dos conceitos.

desenvolvimento histórico –, as incontáveis incursões e referências históricas de Marx no curso da exposição de *O capital*, presentes quase que em cada página e, por vezes, ocupando diversas páginas consecutivas, seriam tão somente literárias e eruditas, sem qualquer significação conceitual maior. Por vezes, meros recursos pedagógicos e ilustrativos. Cabe perguntar: que utilidade pedagógica ou ilustrativa tais referências ao passado teriam, dado que apenas interessa a dinâmica e estruturação interna da sociedade burguesa, cuja racionalidade imanente pode ser capturada independentemente da história?

Em síntese, nas interpretações correntes em alguma medida baseadas em Hegel, teríamos unicamente a dedução lógica das categorias cuja autonomia do *logos* só não é absoluta porque, por vezes, elas são perpassadas por pressupostos de ordem histórica. O conceito e o objeto histórico que este procura expressar são cindidos e apenas ocasionalmente se interpõem.

Pretendemos demonstrar que esse modo de interpretar *O capital* pode, sem hesitação, ser sepultado de uma vez para sempre. Ele não sobrevive a uma só página de *O capital*. Não sobrevive a uma só passagem conceitual. Se é verdade que Marx trata em sua obra máxima unicamente do modo de produção capitalista e todas as categorias ali desveladas se referem a este, sem levar em consideração a história e as formas sociais precedentes todo edifício categorial de *O capital* se desfaz como em um castelo de cartas. A pergunta que se coloca é a seguinte: a estruturação das categorias econômicas da sociedade capitalista pode ser expressa idealmente, desconsiderando-se as formas sociais que precederam o capital? Ou, ainda, estas últimas apenas possuem um significado maior na medida em que colocam (estaticamente) os pressupostos históricos que possibilitam a efetivação da forma social capitalista? Ambas as perguntas apenas podem ser respondidas com um retumbante não.

Em verdade, para Marx, não é suficiente a constatação de que o capital é um produto histórico, mas também uma configuração histórica específica que, enquanto tal, apenas pode ser adequadamente compreendida tendo em vista as formas sociais pretéritas. Este aspecto distingue Marx radicalmente de toda tradição precedente da *economia política*, que sob hipótese alguma desprezava o fato de que a forma de organização social moderna era um produto histórico, no entanto, sustentava que todas as transformações ocorridas no interior da história poderiam ser compreendidas com base em leis universais. Nesse sentido, vejamos brevemente alguns momentos da tradição econômica anterior a Marx e como procurou explicar o fundamento da riqueza.

Na modernidade, quando a sociedade burguesa começa a florescer, surge, pela primeira vez na história do pensamento humano, uma vertente que se preocupa em responder exclusivamente à pergunta: “o que é e qual a origem da riqueza?”. Os primeiros que se aventuraram nesse terreno foram os assim chamados mercantilistas, que consideravam a riqueza imediatamente dinheiro e, particularmente, dinheiro metálico. Foram os fisiocratas que, primeiramente, deslocaram a riqueza do âmbito da natureza para o do trabalho humano, no entanto, consideravam riqueza apenas o produto do trabalho associado diretamente à terra.

Foi somente com Adam Smith que se avançou para a concepção de que todo e qualquer trabalho humano é criador de riqueza. Smith atentou para o fato de que o termo valor pode designar tanto a utilidade do produto, associado a suas propriedades naturais e à satisfação de necessidades humanas por meio delas, quanto seu valor de troca, cuja medida seria a quantidade total de trabalho empregada em sua produção. Apesar deste desenvolvimento, para Smith, o trabalho seria o regulador das trocas apenas em formas sociais que precederam o capitalismo. Na economia moderna, com o controle dos capitalistas sobre os meios de produção, o valor de troca ou preço seria dado pela soma de três componentes do preço: o salário, o lucro e a renda da terra.

Partindo de Smith e, ao mesmo tempo, contra ele, David Ricardo aprofundou a teoria do valor colocando o trabalho, entendido enquanto dispêndio de certo *quantum* de energia na produção, como única fonte criadora de riqueza, válida para todo e qualquer período histórico. Agora o salário, o lucro e a renda eram explicados em termos do trabalho neles contidos. A riqueza era posta definitivamente como produto do trabalho humano e não mais como algo dado pela natureza.

Apesar dos avanços incontestáveis nesse itinerário, Marx trata a riqueza de forma radicalmente diversa. Se desde os fisiocratas a explicação da origem e fonte da riqueza foi deslocada do terreno da natureza para o domínio do trabalho e da ação humana, todos economistas que se seguiram procuraram, ao seu modo, a origem e fonte da riqueza no geral, isto é, um fundamento da riqueza que seja independente da forma de sociedade no interior da qual esta se constitui. Ao contrário, Marx inicia *O capital* anunciando que o objeto de sua crítica é a “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 113). Não a riqueza em geral, não o fundamento a-histórico e atemporal da riqueza. Antes disso, uma forma específica e particular da riqueza: a riqueza do modo de produção

capitalista. Em uma palavra, o que está em questão, agora, é a forma histórica da riqueza.

Nos limites desse artigo, percorreremos os itens 1 e 2 do primeiro capítulo de *O capital*, justamente um dos trechos privilegiados a que a posteridade conferiu o estatuto de predominantemente lógico, no intuito de atestar sua profunda historicidade, presente já em suas linhas inaugurais. Particularmente, a historicidade da categoria valor. Após uma análise pormenorizada desse trecho, na última parte deste artigo, procuraremos indicar o papel da história no modo de exposição do Livro I de *O capital* como um todo.

A dimensão histórica do valor

Marx começa a exposição de *O capital* com a noção de riqueza. Ocorre que a “riqueza do modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113). Cabe, desse modo, analisar a forma elementar e aparente da riqueza capitalista: a mercadoria individual (BENOIT, 1996, p. 17) O ponto de partida não é, assim, um conceito abstrato ou uma determinação escolhida arbitrariamente pelo autor, mas a forma mais simples em que se apresenta a riqueza na sociedade atual⁶. Como Marx não pressupõe nenhuma lógica dada desde fora, nenhum dogma posto como uma verdade inicial a partir do qual faz brotar um sistema, tampouco uma concepção geral determinada do homem ou da sociedade, a análise da mercadoria principia pela forma por meio da qual esta se apresenta, pelo modo como aparece.

A mercadoria é, nesse sentido, provisoriamente entendida como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 113). Não

⁶ Nesse ponto já se insinua a radical diferença de Marx frente a Hegel. Em Hegel, somente é possível desdobrar dialeticamente um conceito do outro em função do Absoluto pressuposto, mesma razão que possibilita descrever o processo histórico em termos de uma filosofia da história. A grande gama de autores marxistas que, nos dias de hoje, reivindica a Ciência da lógica em detrimento da Fenomenologia e das Lições de filosofia da história parece não ter se dado conta de que em Hegel o fundamento que torna possível a Lógica é o mesmo que possibilita uma filosofia da história. Já Marx diz claramente em um de seus últimos textos de crítica da economia política, Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolf Wagner, datado de 1879: “eu não começo nunca dos ‘conceitos’, (...) parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a ‘mercadoria’” (MARX, 1970, p. 176). E adiante diz ainda que seu “método analítico, que não parte do homem [em geral], senão de um período social concreto, não tem a menor relação com aquele método de entrelaçamento de conceitos que gostam de empregar os professores alemães” (MARX, 2013, p. 179).

interessa a natureza da necessidade a ser satisfeita, se atende ao estômago ou à imaginação: a mercadoria é tomada como algo separado de seus possuidores, uma coisa externa e, por este motivo, a riqueza do modo de produção capitalista aparece como algo transcendente aos indivíduos e suas respectivas capacidades, ligando-se a eles exteriormente. Nessa definição, salta à vista a primeira determinação da mercadoria: o valor de uso. Enquanto objeto de uso ela é dotada de utilidade para o homem, o que está dado em seu próprio corpo, em seus atributos sensíveis. Por isso, “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, *qualquer que seja a forma social desta*” (MARX, 2013, p. 114, grifo nosso).

Ora, sendo o conteúdo material da riqueza em toda e qualquer forma de sociedade, o valor de uso nada pode nos informar sobre a especificidade histórica do modo de produção capitalista e, em função disso, Marx não adentra nas diferenças qualitativas, potencialmente infinitas, dos valores de uso considerados em si mesmos. Ainda que a descoberta das propriedades úteis das coisas seja um ato eminentemente histórico, tal descoberta não nos informa a particularidade da forma de organização social que a trouxe à luz e, não sem razão, o valor de uso permanece, nesse nível da exposição, em sua forma abstrata e indeterminada.

Para dar início ao processo de determinação da forma mercadoria enquanto uma forma histórica da riqueza, deve-se analisar o caráter específico de que se revestem os valores de uso no modo de produção capitalista. Por isso, o que realmente interessa é que “*na forma de sociedade que iremos analisar*, eles [os valores de uso] constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2013, p. 114, grifos nossos). Cabe, então, analisar a mercadoria enquanto um valor de troca.

Como se nota, sem recorrer à história, Marx não ultrapassaria sequer a análise do valor de uso. Muitos volumes mais seriam necessários para descrever a imensidão de propriedades úteis dos produtos do trabalho com suas respectivas formas sensíveis. Tanto é assim que, ironicamente, Marx comenta que os “valores de uso fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia”, e complementa em nota de rodapé que na “sociedade burguesa, predomina a *ficção jurídica* de que todo homem possui, como comprador de mercadorias, um conhecimento enciclopédico sobre elas” (MARX, 2013, p. 114). Mas não é o caso de estudar as mercadorias enquanto produto, estudo este que não tem lugar em *O capital*. Interessa aqui a forma histórica específica que faz de um produto mercadoria.

Transparece, pois, que é somente por meio da comparação com as formas históricas precedentes que Marx pode estabelecer que “os valores de

uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, passando, assim, ao exame do valor de troca, típico da “forma de sociedade que iremos analisar”. Ainda que possamos estabelecer analogias até certo ponto válidas com a lógica de Hegel e afirmar que, no exame da mercadoria, a passagem do valor de uso para o valor de troca constitui a passagem de um momento mais abstrato (indeterminado, positivo) para um momento mais concreto, determinado, tal passagem não ocorre por mera exigência lógica. A questão central é a seguinte: o valor de troca é mais determinado que o valor de uso em relação a quê? Evidentemente, em relação ao modo de produção que aqui se analisa diante dos demais, já que somente nele a troca se generalizou para o conjunto da sociedade, passando a mediar universalmente produção e consumo. Motivo pelo qual podemos manter, nesse momento da exposição, o valor de uso na sua abstração de suporte material do valor de troca e seguir em frente na determinação deste último.

Acontece que, diferentemente do valor de uso que se faz presente na corporalidade mesma da mercadoria, o valor de troca se expressa tão somente no ato da troca entre duas mercadorias, “uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 114). Afinal, ao se produzir uma certa mercadoria A, não é possível prever quando, onde e por qual mercadoria ela será trocada. Os dois polos da equação de troca se defrontam casualmente no mercado. Disso se segue que, na sociedade capitalista, para o produto se realizar como valor de uso, isto é, ser consumido, precisa primeiro superar a barreira das trocas e se realizar como valor de troca. A realização do valor de uso e a do valor de troca aparecem, portanto, como momentos completamente independentes e separados um do outro. Seria, então, o valor de troca algo impassível a toda e qualquer racionalidade? Uma relação completamente arbitrária, aleatória e subjetiva?

De modo algum. Se, por um lado, as trocas não estão predeterminadas desde o início, por outro, é certo que as quantidades compreendidas em cada polo da troca não têm nada de arbitrário. Uma forma de produção em que todos os produtos vêm ao mundo para serem trocados exige como condição de possibilidade para sua existência que possuam a propriedade de serem universalmente iguais. No entanto, as “mercadorias, p. ex., uma vara de algodão e uma medida de óleo, consideradas como algodão e óleo, são naturalmente diferentes, possuem qualidades distintas, são medidas por medidas diferentes, são incomensuráveis” (MARX, 2011, p. 91). Ora, apesar de se diferenciarem entre si no que diz respeito a suas determinações naturais, sua utilidade, sua forma ou aspecto físico, os valores de troca das mercadorias as representam como algo qualitativamente igual, como tipos de

uma substância social comum distintos apenas quantitativamente. Disso se segue que cada mercadoria deve possuir em seu interior uma determinação social que permita compará-las universalmente, que as torne comensuráveis. Há que se desvelar tal nexos interno que possibilita esta identidade substancial de diferentes.

Ocorre que o único aspecto em comum à enorme coleção de mercadorias é o fato de serem todas produto do trabalho humano. A análise do valor de troca nos desloca para o conteúdo oculto no interior de cada mercadoria individual e não mais diretamente perceptível ao nos defrontarmos com elas no mercado. Ainda assim, nosso problema persiste: sendo o trabalho útil ou concreto (tal como o conhecemos na vida cotidiana), o trabalho do marceneiro, do mecânico, do eletricitista e assim por diante, qualitativamente diversos entre si, como compará-los? Como o trabalho pode servir de medida aos valores das mercadorias?

Ora, da mesma forma que ao se equiparar universalmente os produtos do trabalho no mercado eles são, nessa equiparação, abstraídos de seus respectivos valores de uso específicos, são igualmente abstraídas as diferenças entre os trabalhos úteis contidos no interior de cada mercadoria. As mercadorias não se defrontam no mercado como produto de um trabalho específico, mas como produto do trabalho no geral. Por esse motivo, na universalização das trocas, o “produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado”, mas se afigura como uma gelatina de trabalho humano indiferenciado, “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116): trabalho humano abstrato.

O trabalho abstrato, assim compreendido, é a substância do valor das mercadorias em que o valor de troca figura tão somente como “o *modo necessário* de expressão ou forma de manifestação do valor” (MARX, 2013, p. 116, grifos nossos). Diversamente do valor de troca, que se expressa apenas na relação acidental e relativa da troca entre duas ou mais mercadorias, o valor emerge como uma determinação social presente no interior de cada mercadoria individual, sendo, por isso, a condição de possibilidade do valor de troca. Enquanto valores, as mercadorias podem universalmente trocar de mãos ao serem todas portadoras de um determinado *quantum* de trabalho, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais

para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 117).

Somente agora é possível determinar com precisão a mercadoria. “Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria.” (MARX, 2013, pp. 118-9) Um camponês que produz para si e para sua família produz valores de uso, mas em nenhuma hipótese valor. Para tal, é necessário produzir para outros, isto é, produzir valor de uso social. Mas não somente. O fato de o trabalho ser socialmente distribuído não é, de forma alguma, um traço distintivo do modo de produção capitalista. Diversamente do caso da corveia e do dízimo que um camponês medieval produzia, respectivamente, para o senhor feudal e o padre, para “se tornar mercadoria, é preciso que o produto, *por meio da troca*, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso” (MARX, 2013, p. 119, grifos nossos).

Uma vez mais, apenas recorrendo a outras formas sociais de produção é possível determinar a mercadoria como um produto destinado a outro por meio da troca e distingui-la da corveia e do dízimo medieval. Para realizar-se enquanto social, a mercadoria precisa superar a barreira que separa seus produtores de seus consumidores. Marx pode atingir o caráter duplo da mercadoria como sendo valor de uso e valor, bem como a sua substância social, o trabalho abstrato, tecendo o caminho que penetra sempre em suas determinações historicamente específicas (ANTUNES, 2005, pp. 37-8).

Nesse ponto, todavia, cabe uma pergunta fundamental, nem sempre realizada pelos diversos comentadores: por que o valor de troca é a forma necessária e não meramente possível de manifestação do valor das mercadorias? Nessa questão reside a principal novidade exposta por Marx no primeiro capítulo de *O capital*: trata-se exatamente da *historicidade do valor*. Ignorá-la significa fazer retroagir a teoria do valor de Marx a David Ricardo.

Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que a determinação do valor das mercadorias por meio da abstração das múltiplas formas úteis de trabalho e da igual diversidade de valores de uso que esses objetivam não é um artifício do intelecto de Marx para solucionar o problema da comensurabilidade das trocas. O valor não é um mero conceito criado por Marx, da mesma forma que a lei da gravidade não foi criada por Newton ou Einstein. Não se trata de um elemento comum separado e fixado pelo gênio do autor de modo a estabelecer uma espécie de padrão de medida, com validade exclusivamente teórica. A economia mercantil capitalista se caracteriza exatamente pela inexistência de qualquer unidade de medida previamente estabelecida. A abstração dos tipos concretos de valores de uso no valor ou da igual diversidade de trabalhos

concretos em trabalho abstrato é praticada dia após dia no mercado, ao se equiparar, de forma espontânea e não planejada, o conjunto dos produtos do trabalho⁷.

Se, porém, o valor não é puro conceito, mas algo objetivo e real, por que motivo não podemos percebê-lo por meio dos sentidos? Por que somente é possível capturá-lo cientificamente? Com efeito, “ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor”. Isto é assim não porque o valor seja pura abstração mental, tampouco porque é imaterial, mas porque “sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela *só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias*” (MARX, 2013, p. 125, grifos nossos).

Dois aspectos fundamentais devem ser ressaltados nessa última passagem. Em primeiro lugar, o valor é uma relação substancial, isto é, um tipo de relação que na realidade mesma do modo de produção capitalista é sempre e continuamente reafirmada em sua reprodução. Enquanto uma relação, o valor não pode ser percebido na materialidade natural de uma coisa isolada. Em segundo lugar, o valor, enquanto possuidor de uma materialidade puramente social, enquanto relação, é inseparável do valor de troca, afinal, como explica Marx, o valor “só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias”.

Trabalho abstrato e valor não são, desse modo, universais abstratos, antes disso, trata-se da forma efetiva por meio da qual as pessoas se articulam para distribuir a riqueza produzida. Um e outro retêm apenas a dimensão social dos múltiplos fenômenos que ocorrem em conformidade com a forma por eles expressa. Cada mercadoria individual pode ser universalmente trocada porque é valor, ao mesmo tempo, todas mercadorias são valores porque sua distribuição ao conjunto da sociedade somente pode ser levada a cabo pela mediação das trocas. Estaríamos diante de uma circularidade infinita em que o valor é explicado em função do valor de troca e este último em função do valor?

Absolutamente não. A questão aqui não é derivar logicamente o valor do valor de troca. Tanto um como outro pressupõem uma forma histórica de sociedade em que a totalidade dos trabalhos é efetivamente igualada pela

⁷ Como assinala Isaak Rubin, não “nos é necessário buscar um padrão prático de valor que torne possível a igualação dos produtos do trabalho no mercado. Essa igualação ocorre na realidade, todos os dias, no processo de troca no mercado” (RUBIN, 1980, pp. 139-40).

equiparação dos produtos do trabalho no mercado. Por este motivo, o valor de troca é a manifestação necessária ou a forma obrigatória de o valor se manifestar, já que este último se caracteriza pela forma social da intercambialidade, do ser para outro por meio da troca. O valor é, ao mesmo tempo, a causa e o efeito do valor de troca. O que não quer dizer que ambas as categorias sejam idênticas. Longe disso. O valor é uma forma mais fundamental e concreta que o valor de troca por ser resultante de sua unidade, por ser algo que a mercadoria carrega em si e por si mesma, independentemente da relação acidental e arbitrária em que consiste cada troca isolada.

É justamente esse aspecto que acabamos de desenvolver que é retomado e explicitado em todos os seus pormenores no item do primeiro capítulo de *O capital* denominado O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. Ali, Marx continua a explicar que no “conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos de mercadorias aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho” (MARX, 2013, pp. 119-20). Apesar disso, não é essa hierarquia entre os diferentes tipos úteis de produtos que Marx se propõe a estudar, tarefa que delega aos merceologistas, e tampouco a divisão social do trabalho considerada em seu sentido técnico, isto é, as distintas formas e funções concretas de trabalho responsáveis pela igual diversidade de produtos. Ora, muito embora tal divisão seja a “condição de existência da produção de mercadorias”, a recíproca não é verdadeira. Comprova-o o fato de que na “antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias”. Mais ainda, mesmo em uma fábrica moderna “o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não implica que os trabalhadores troquem entre si seus produtos individuais” (MARX, 2013, p. 120).

Como se vê, não é a divisão social do trabalho, isto é, a diversidade de atividades produtivas úteis, que especifica e determina a forma de organização social que aqui se analisa. Se um aspecto qualquer se faz presente em várias formas sociais, por importante que seja em si mesmo, mostra-se incapaz de explicar ou determinar uma forma social específica. É possível, se se quiser, partir para níveis ainda mais amplos de generalização. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2013, p. 120) Assim

concebido o trabalho é “o pai da riqueza material”. Mais ainda! Ele “é constantemente amparado pelas forças da natureza”, o que faz da natureza a fonte universal dessa riqueza material. Mas o caminho tracejado por Marx não vai no sentido da busca de conteúdos cada vez mais universais para daí extrair as supostas leis gerais da existência humana. Como temos insistido, leis são sempre articulações específicas e determinadas que, partindo de seu conteúdo comum, capturam sua forma característica. Tais categorias genéricas, apesar de imprescindíveis como ponto de partida – na medida em que indicam o conteúdo comum a ser subsequentemente desenvolvido –, mostram-se impotentes para determinar a forma mercadoria, motivo pelo qual, após tais considerações sobre o trabalho útil produtor de valores de uso, diz Marx: “Passemos, então, da mercadoria, como objeto de uso, para o valor-mercadoria.” (MARX, 2013, p. 121)⁸

Aprofundando, então, o estudo da mercadoria enquanto valor-mercadoria, adiante, em uma interessante nota de rodapé, Marx elucida o problema em contraposição aos limites da economia política clássica, cuja principal insuficiência “está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor que o converte precisamente em valor de troca” (MARX, 2013, p. 155). O motivo desta insuficiência, destaca Marx, não está em deslizes puramente “lógicos” por parte dos economistas diante da questão, mas consiste, sobretudo, no seguinte:

A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como *um tipo particular de produção social* e, ao mesmo tempo, *um tipo histórico*. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a *diferença específica* da forma de valor, e assim também, da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. (MARX, 2013, p. 155, grifos nossos)

⁸ Mesmo um autor como Lukács, bastante sensível à base ontológica das subsequentes formulações teóricas, mas, talvez, demasiado preocupado em construir uma ontologia do ser social, não deixa de tomar o trabalho a-historicamente. Após citar o trecho em questão sobre a universalidade do trabalho na existência humana, do trabalho útil, vale dizer, Lukács diz que nasce “assim a única lei objetiva e universal do ser social, que é tão ‘eterna’ quanto ele, ou seja, trata-se igualmente de uma lei histórica, na medida em que nasce com o ser social” (LUKÁCS, 2012, p. 359). Haveria de se perguntar em que sentido o trabalho no geral, enquanto produtor de valores de uso, é uma lei. Pensamos que, na acepção de Marx, o trabalho, tal como a natureza, sua apropriação pelos homens, a cooperação simples, a reprodução social, dentre outros aspectos, são condições universais da existência humana, em sentido algum leis. As leis, por sua vez, constituem justamente as formas específicas por meio das quais cada uma dessas condições é efetivada em uma dada forma de organização social.

Uma intrigante questão se impõe na presente passagem: como o valor pode ser uma forma abstrata e geral ao mesmo tempo que um tipo particular e histórico? Na tradição filosófica, comumente, algo universal e geral se opõe ao que é histórico e particular, já que este último está sujeito ao devir e à transformação, perdendo, assim, o atributo da universalidade. Para esclarecermos esse importante dilema, faz-se necessário desenvolver outros dois aspectos também presentes nas duas últimas passagens citadas. Em primeiro lugar, a relação entre valor de troca e valor; em seguida, a noção de diferença específica.

Em primeiro lugar, nessa passagem se encontra, de maneira explícita, o motivo mais profundo das insuficiências da lei do valor tal como se apresenta em Ricardo e Smith. Não foram capazes de compreender o valor como “um tipo histórico”. De fato, tanto um como outro encontraram o conteúdo mais geral do valor, o trabalho empregado na fabricação do produto, e daí passaram ao estudo de sua magnitude em termos do tempo de trabalho. No entanto, jamais se colocaram “a seguinte questão: porque esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto de trabalho?” (MARX, 2013, p. 155). Como se vê, o tema da forma de valor é fundamental, já que o que deve ser explicado é por que “esse conteúdo [o trabalho] assume aquela forma”, isto é, a forma valor, e, para responder a tal questão, a atenção de Marx se volta para a “forma do valor que o converte precisamente em valor de troca”.

Ao desconsiderar a forma valor⁹, os economistas clássicos concebiam a substância e a magnitude do valor como inerentes a todo e qualquer produto do trabalho, como uma espécie de essência ontológico-metafísica dos produtos do trabalho no geral, sendo a forma mercadoria e o valor de troca apenas dois modos contingentes e acidentais por meio dos quais o produto do trabalho fazia valer sua natureza enquanto valor. Nesse sentido, o valor era considerado algo externo à natureza da mercadoria e dela completamente independente.

Ora, como identificar, sem mais, valor e tempo de trabalho? A limitação de Ricardo era muito maior do que o mero fato de considerar o valor algo natural. Não basta substituir o rótulo “natural” por “historicamente determinado” para tornar sua concepção de valor similar àquela demonstrada por Marx. Ao tomar o valor como uma propriedade dos produtos do trabalho no geral, Ricardo não foi capaz de encontrar o nexo interno entre o modo de

⁹ O primeiro autor a tratar da noção da forma valor [*Wertform*] e distingui-la do valor de troca [*Tauschwert*] foi Isaak Rubin (cf. RUBIN, 1980, pp. 121-38).

manifestação do valor, o valor de troca, e o próprio valor. De um lado, valor e tempo de trabalho eram identificados um com o outro, de outro lado, valor e valor de troca eram separados por um abismo intransponível. Na asserção dogmática de Ricardo segundo a qual *valor é tempo de trabalho*, Marx não vê uma solução, mas um problema a ser respondido: ao não existir nenhuma unidade de medida prévia e conscientemente estabelecida pelos homens, quais são os nexos sociais que possibilitam medir o valor pelo tempo de trabalho? Somente pondo a questão nesses termos tornou-se possível descobrir o trabalho abstrato enquanto forma específica por meio da qual o trabalho é socialmente igualado nessa sociabilidade, base da forma específica de valor que o converte em valor de troca, como já tratamos.

Em que consiste, porém, essa diferença específica que determina a forma valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro e todas demais categorias do modo de produção capitalista? Como vimos, contra as formas naturais e eternas da economia política burguesa, Marx acentua a dimensão específica dessas categorias. No entanto, elas seriam específicas em relação a quê? Retomemos o exemplo da categoria de diferença específica em Aristóteles, para ilustrarmos a originalidade da concepção de Marx.

Em Aristóteles, a noção de diferença específica atuava distinguindo uma dada espécie em relação a um gênero próximo. Isto resultava em uma hierarquia de gêneros e espécies que descendiam de aspectos mais gerais àqueles particulares por meio das diferenças essenciais. Assim, a espécie humana seria determinada enquanto substância, corpo, vivente, animal, homem conforme se aplicassem a partir do gênero supremo da substância as seguintes diferenças específicas: corpóreo, animado, sensitivo e racional. Muito embora, para Aristóteles, uma definição se referisse sempre às coisas ou às classes de coisas, a análise não deixa de ser a-histórica ou mesmo puramente lógica, dado que algo é específico em relação a um dado gênero, um conceito genérico que independe de uma forma histórica determinada ou mesmo de qualquer transformação. Em função disso, em toda e qualquer forma de organização social, fosse escravo, servo ou cidadão, o homem seria sempre uma substância corpórea, animada, sensível e racional. Em síntese, ainda que todos gêneros contidos na definição apenas existissem nos indivíduos singulares, enquanto substância ou *ousia*, tais indivíduos singulares estariam contidos apenas logicamente nos respectivos gêneros que, por sua vez, possuiriam realidade apenas no intelecto daquele que conhece.

O que é importante ressaltar nesse contexto é que, para Marx, *a diferença específica é sempre o que especifica a forma social atual em relação àquelas precedentes*. Mais ainda: não se refere jamais às

propriedades específicas das coisas em relação às outras coisas ou em relação aos conceitos. Trata-se, aqui, de relacionamentos específicos entre pessoas em um dado processo de produção. Em uma palavra: uma relação social. Por este motivo, “um tipo histórico” somente pode ser “um tipo particular de produção social”. Ao se tratarem sempre de relações específicas, as categorias típicas do modo de produção capitalista (como o valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma capital etc.) serão sempre particulares em uma perspectiva histórica, já que são relacionamentos outros que aqueles existentes em outras sociedades. Ao mesmo tempo, nesses casos, dão conta da articulação interna e total da formação social considerada e, nessa perspectiva, são categorias universais e concretas. Transparece, pois, porque o valor é, ao mesmo tempo, uma configuração particular e universal do modo de produção burguês: universal em sua efetividade e particular em relação aos modos de produção anteriores.

Fica patente, assim, que as incursões históricas não são arbitrárias ou meramente ilustrativas. E mais ainda: não se trata da aplicação da analogia, em sentido aristotélico, que exteriormente compara gêneros distintos sem, no entanto, atingir por meio dela qualquer determinação essencial. Não se trata de uma comparação entre termos diversos que, em função da própria diversidade, toma os termos analogados como passíveis de comparação unicamente em função da eleição do autor. Trata-se de uma comparação imanente e, por isso mesmo, necessária, uma comparação não-analógica. Vejamos como isto é possível.

Como diz Marx nos *Grundrisse*, a própria economia burguesa, como “simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores” (MARX, 2011, p. 378). Ora, na exata medida em que cada categoria constituinte do modo de produção capitalista é uma forma específica de desenvolvimento de um conteúdo comum a todas configurações sociais, podemos capturar tais especificidades por meio da comparação entre o capitalismo e as outras expressões deste mesmo conteúdo. Somente assim é possível que a exposição se desenvolva do produto à mercadoria¹⁰, do valor de uso ao valor, do trabalho concreto ao trabalho abstrato. Como se nota, este caminho expositivo que penetra cada vez mais profundamente nas especificidades de um modo de produção não é posto de fora, segundo analogias eleitas pelo autor, ao justapor aspectos que, em sua efetividade, subsistem separadamente um do outro; tampouco o é por

¹⁰ Como vimos no início da exposição, Marx pressupõe a mercadoria; no entanto, esta é inicialmente tomada enquanto mero valor de uso e, portanto, enquanto produto. Somente em um estágio posterior da exposição a mercadoria é determinada como o que é produzido para outro por meio da troca.

uma exigência puramente lógica, mas de modo imanente, ao se compararem as distintas formas em que um mesmo conteúdo “natural” é historicamente expresso.

Em verdade, Marx recorre expressamente à analogia apenas em alguns escassos momentos em *O capital*, aí sim com um papel subsidiário e expressamente didático. Por exemplo, quando, na análise do valor de troca, compara analogamente o papel da forma equivalente que expressa o valor de outra mercadoria com o de barras de ferro que expressam o peso de outros corpos. Em seguida, diz literalmente: “aqui acaba a analogia” (MARX, 2013, p. 133). Outro caso é usado para ilustrar o caráter místico do fetichismo da mercadoria, em que, segundo Marx, “para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso” (MARX, 2013, pp. 147-8), em que as coisas humanas parecem ganhar vida própria e independente da atividade dos homens. Diferentemente desses casos, nenhuma incursão histórica é realizada por Marx em *O capital* por meio da analogia. O modo de produção capitalista e os modos de produção precedentes não são externamente comparados como gêneros distintos e desconexos, antes disso, o primeiro apenas pode ser compreendido pressupondo um desenvolvimento histórico no interior do qual sua especificidade foi efetivada e, por esse motivo, pode ser captada pelo pensamento. Mais precisamente, os diversos modos de produção, apesar de não serem passíveis de uma racionalização sistemática, pois não são guiados por uma *Razão*, tampouco são gêneros diversos entre si, dado que consistem no desenvolvimento imanente do mesmo conteúdo, o desenvolvimento das formas de apropriação das forças produtivas ou, o que é o mesmo, as formas por meio das quais os homens se apropriam da natureza.

Compreendido isto, fica claro que a análise de Marx em *O capital* não pode jamais prescindir das formas sociais pretéritas, não apenas porque a forma capital se desenvolve sob certos pressupostos históricos, mas, sobretudo, porque em sua exposição, para capturar as formas específicas que “definem” cada categoria, Marx não pressupõe nenhum tipo lógico mais geral, nenhum gênero próximo, nenhuma metodologia instrumental, nenhum *Espírito Absoluto* que, enquanto princípio dogmático pressuposto, explícita ou implicitamente, possibilita ao percurso expositivo avançar pela introdução externa de um momento preponderante. Não existe, portanto, um processo de pura derivação lógico-dialética das categorias¹¹, ainda que, após Marx ter

¹¹ Nesse sentido, comentando o desenvolvimento contraditório da forma dinheiro, escreve a propósito R. Rosdolsky: “Porém, um leitor não familiarizado com a obra de Marx poderia considerar que essa dedução é uma ‘construção’, um exemplo de uma simples ‘dialética

realizado todo o percurso, seja fácil abstrair as incursões históricas e fazer parecer que se trata de um desdobramento puramente lógico-conceitual, de todo alheio à história. Em outros termos, somente por meio das formas sociais anteriores ao capitalismo é possível fazer avançar o processo que procura alçar, na e pela história, a forma histórica da riqueza capitalista. Somente captando a especificidade das determinações constituintes do modo de produção capitalista, considerado simples figura histórica do processo de produção, Marx pode atingir sua unidade essencial, que consiste exatamente naquela unidade-universal que põe sua diferença em relação às formas sociais anteriores.

A dimensão histórica da abstração

Ora, tal como no trecho que analisamos, no conjunto de *O capital* podemos verificar uma estrutura análoga. É por meio das incursões em formas sociais que antecederam o capitalismo que se faz possível superar o modo genérico e abstrato das categorias consideradas de início unilateralmente da perspectiva homem-natureza. Nessa direção, o conteúdo a-histórico da riqueza capitalista (o produto, o valor de uso, o trabalho concreto, os indivíduos compradores e vendedores de mercadorias, o processo de trabalho, o trabalho necessário e o excedente, a cooperação simples, a reprodução social) é expresso em suas respectivas formas históricas específicas (mercadoria, valor, trabalho abstrato, trabalhadores assalariados e capitalistas, processo de valorização, salário e mais-valia, cooperação industrial, acumulação de capital). A historicidade das categorias se explicita na busca da forma específica em que os respectivos conteúdos naturais, abstratos e eternos da existência humana são expressos historicamente e, nesse caminho, todo o modo de exposição de *O capital* mostra-se como histórico. Desvela-se o capital, assim, enquanto uma forma histórica particular e, enquanto tal, transitória, sujeita à desaparecimento, ao devir.

conceptual' que atribui vida própria às categorias econômicas e faz com que elas, de um modo autenticamente hegeliano, surjam umas das outras e se transformem umas nas outras. Tal impressão equivocada pode surgir com facilidade, como o próprio Marx percebeu, redigindo por isso uma interessante nota nos Grundrisse: 'Em outro momento, antes de esgotar a questão, será necessário corrigir a maneira idealista de tratá-la, que passa a impressão de que lidamos com definições conceituais puras e com a dialética destes conceitos. Por isso, será preciso criticar, antes de tudo, a afirmação: o produto (ou atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria, valor de troca; o valor de troca, dinheiro'. Em outras palavras: as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história.' (ROSDOLSKY, 2001, pp. 108-9, grifos nossos)

Assim concebidos, transparece que todos os capítulos de *O capital* são indistintamente históricos. Aquilo que podemos chamar de *lógico* nada mais é do que uma articulação historicamente específica. A cisão entre lógico e histórico, substância e acidente, essência e fenômeno, forma e conteúdo, dentre outras, é eminentemente metafísica. O que Marx busca é a forma do conteúdo, a “lei (essência) do fenômeno”; ou, ainda mais precisamente, podemos dizer que a lógica de *O capital* visa a expressar, em suas determinações necessárias, a articulação total dos fenômenos típicos da sociedade capitalista em relação às formas sociais anteriores¹².

Podemos, agora, sem hesitação, compreender por que a história se faz presente em cada passo no curso de toda crítica de Marx à sociedade burguesa, sem que exista qualquer aspiração a uma racionalização total do processo histórico ou uma filosofia da história. Retomemos, então, de forma mais detida, os papéis da história no interior da crítica da economia política.

Sumariamente, a história figura em *O capital* de Marx em três funções metodologicamente distintas, ainda que perfeitamente articuladas no interior da obra. No entanto, comumente, somente dois destes sentidos foram percebidos pelos intérpretes, deixando de lado o mais fundamental e constantemente presente de todos eles. Vejamos cada uma destas funções separadamente.

Os únicos casos em que as referências aos acontecimentos históricos têm um papel meramente ilustrativo ou complementar ocorrem quando Marx recorre aos eventos que lhe foram contemporâneos, com objetivo de exemplificar as tendências preconizadas pela articulação categorial. O que é indicado expressamente pelo próprio Marx no “Prefácio” à primeira edição alemã: “O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação.” Não se trata, portanto, de analisar o capital nessa ou naquela nação em particular. Contudo, como sua “localização clássica é, até o momento, a Inglaterra (...)

¹² Em suas Glosas a Adolf Wagner Marx ironiza a cisão entre lógico e histórico em Rodbertus. Ao tratar da contradição existente no seio da mercadoria entre valor de uso e valor, observa Marx: “Aqui só existe uma contraposição ‘lógica’ para Rodbertus e os pedantes mestres de escola da Alemanha semelhantes a ele, que partem do ‘conceito’ de valor de uso, e não da ‘realidade social’, da ‘mercadoria’, e depois desdobram o conceito como se tivesse duas caras, para concluir discutindo qual dos dois fantasmas assombrados pelos seus cérebros é o verdadeiro.” (MARX, 1970, p. 181) E Marx prossegue em sua crítica sempre atentando para o fato de que Rodbertus compreende valor de uso e valor como meros conceitos lógicos. “Mas onde melhor se revela a superficialidade de Rodbertus é na sua contraposição de um conceito ‘lógico’ a outro ‘histórico’”. E, por fim, diz ainda: “em um determinado grau de desenvolvimento histórico, descobrimos que o valor de troca é um conceito ‘histórico’” (MARX, 1970, p. 182).

Ela serve de *ilustração* principal à minha exposição teórica” (MARX, 2013, p. 78, grifos nossos).

Afora esses casos – em que as tendências do modo de produção capitalista são ilustradas com números, embates econômicos e políticos entre as classes, descrições das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, situadas, principalmente, na Inglaterra –, as referências ao passado não mais figuram com um caráter meramente ilustrativo e complementar¹³. O exemplo mais amplamente tratado pela bibliografia corrente, nessa direção, é aquele em que o passado emerge na condição de pressuposto histórico do capital e, enquanto tal, não sujeito a qualquer tipo de demonstração *lógica*.

A primeira seção de *O capital* tem por pressuposto histórico um avançado grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, de tal maneira que o conjunto dos indivíduos apareça no mercado como proprietários que livremente trocam sua mercadoria. Afinal, “cada um dispõe do que é seu”. A segunda seção de *O capital*, intermediária entre a esfera da circulação e a da produção de mercadorias, pressupõe a separação entre a força de trabalho e os meios necessários para produzir, isto é, a emergência do trabalhador enquanto pura força de trabalho contraposto ao capitalista. As seções de 3 a 6, por seu turno, pressupõem um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pressuposto histórico da extração de mais-valia. Já na última seção é revelado o pressuposto histórico fundamental de todo o modo de produção, a expropriação originária, a expropriação das formas de propriedade fundadas no próprio trabalho. Expropriação esta que é, ao mesmo tempo, pressuposto e fundamento do modo de produção que aqui se analisa.

Por fim, o último sentido exercido pelas referências históricas no interior da exposição crítica do modo de produção capitalista é aquele mais constantemente presente, imprescindível do ponto de vista metodológico,

¹³ Mesmo um autor como Jindrich Zeleny, apesar de procurar acentuar o papel da história no interior de *O capital*, não deixa de considerar as múltiplas incursões históricas um recurso meramente ilustrativo ou complementar da análise lógico-conceitual. Para ele, a história figura em dois papéis principais: 1) “exemplos que ilustram o desenvolvimento teórico realizado ou proposto”, tornando a exposição mais intuitiva; 2) os “acontecimentos históricos e os fatos históricos, que não são em si mesmos ilustração do desenvolvimento teórico, mas introduzidos conscientemente na forma de pressupostos comprováveis, teoricamente indedutíveis e historicamente dados” (ZELENY, 1974, p. 61). Daí se pode concluir que, para Zeleny, quando a história emerge tão somente como ilustração, os conceitos podem ser deduzidos de forma puramente teórica, independentemente da história. Esse quadro se torna mais claro quando Zeleny diz que as “ilustrações históricas não são, pois, por si mesmas, uma característica diferenciadora entre a derivação materialista marxiana e a derivação idealista hegeliana”, dado que “em Hegel se encontram desenvolvimentos que podemos chamar ilustrações históricas da derivação dialética” (ZELENY, 1974, p. 103).

sem o qual não é possível atingir as categorias que fazem desse modo de produção uma forma transitória do desenvolvimento humano. Trata-se das incursões às formas sociais precedentes tendo em vista, por meio da comparação dos distintos modos em que um mesmo conteúdo é expresso (isto é, uma comparação imanente e não analógica), capturar sua forma específica em abstrações absolutamente históricas¹⁴. Cabem ainda, quanto a este enfoque, algumas indicações sobre a estrutura expositiva de *O capital*.

Em primeiro lugar, em sua obra principal, Marx procura compreender o capital enquanto uma forma histórica particular, e não em suas manifestações espaço-temporais, isto é, a atuação do capital nessa ou naquela nação, neste ou naquele momento particular. Trata-se de buscar aquelas articulações necessárias que constituem o capital em sua especificidade histórica e, enquanto tal, presentes em todas suas manifestações particulares. A abstração cumpre, nesse trajeto, um lugar central. Não adentraremos aqui nos detalhes dessa questão. Mesmo assim, é relevante fazermos alguns comentários a respeito do papel das abstrações na *crítica da economia política* de Marx, para que fique claro em que sentido estas são históricas e em que sentido não o são.

Antes de tudo o mais, por abstrações não se quer dizer unicamente daqueles aspectos comuns ao conjunto das formas sociais. Se, de início, a análise da forma mercadoria, do processo de trabalho, da cooperação, da reprodução social aparece em abstrações comuns a todas épocas históricas – e, unicamente nesse sentido, como abstrações que podemos denominar a-históricas –, isto ocorre em função do aspecto indeterminado e vazio de conteúdo histórico com que a exposição principia. O ponto de partida de Marx, contudo, não corresponde ao “nada absoluto” ou à “pura indeterminação” de que parte Hegel em sua *Ciência da lógica*. É absolutamente falso que categorias como valor de uso, trabalho concreto e cooperação simples não nos informam nada sobre o modo de produção capitalista. Contudo, é certo que elas nada dizem da especificidade deste modo de produção em relação aos anteriores – e somente nessa acepção aparecem inicialmente como uma indeterminação. Isto é, são indeterminações em relação às outras formas sociais de apropriação da riqueza, e não indeterminações em si.

¹⁴ Uma exceção notável em que as incursões históricas são colocadas em seu devido lugar na exposição de *O capital* é a tese doutoral de Jadir Antunes. Por exemplo, quando trata da forma salário, Antunes diz que “Marx volta novamente a delimitar a sociedade capitalista das sociedades do passado e encontrar nesta delimitação a diferença específica do capital” (ANTUNES, 2005, p. 407).

Se esses pontos de partida apresentam, portanto, uma certa universalidade histórica, comum a todas formas sociais, não é porque são leis eternas ou aspectos mais fundamentais do ser social, mas é justamente pelo fato de se tratar de abstrações vazias de conteúdo histórico, indeterminações, meras precondições que nada explicam, ao contrário, que precisam de – e exigem – desenvolvimento. Mesmo assim, essas abstrações ou condições universais são imprescindíveis. Apesar de serem incapazes de determinar historicamente esse ou aquele modo de produção, informam-nos o conteúdo comum a ser desenvolvido pela marcha subsequente da crítica. Fossem outros os objetivos de Marx que não apreender este modo de produção em sua transitoriedade ou historicidade, nada o impediria de examinar, por exemplo, as múltiplas formas de valores de uso e trabalho concreto que são próprias de uma dada época e lugar. Contudo, Marx deixa este trabalho para os historiadores, mercealogistas, cientistas sociais, dentre outros.

O caminho expositivo procede, portanto, na busca daquelas abstrações que dão conta da particularidade histórica do modo de produção capitalista, o que somente é possível por meio de uma comparação não analógica com o passado, isto é, como já foi assinalado e convém repetir, ao se compararem as distintas formas em que um mesmo conteúdo é expresso historicamente. Assim procedendo, chega-se ao modo de expressão do valor de uso nessa forma social específica: o valor; ao modo de expressão do trabalho concreto, que é o trabalho abstrato, e assim por diante. Este aspecto é ressaltado por Marx em exaustivas passagens, ainda que muitos não tenham atentado ao seu significado. Por exemplo, nos *Grundrisse*, ele diz literalmente que a “demonstração é feita justamente pela abstração das determinações específicas que fazem do capital um momento de uma fase histórica particularmente desenvolvida da produção humana” (MARX, 2011, p. 199). Diz ainda que “o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores” (MARX, 2011, p. 378).

Ademais, as abstrações se sucedem de tal modo que as abstrações precedentes são uma condição de possibilidade das seguintes. Nessa direção, por exemplo, a análise do capital e da mais-valia pressupõe o anterior exame do valor, já que o primeiro é um valor que se valoriza e o segundo explicita o segredo desta valorização. O valor, por sua vez, somente pode ser compreendido se antes se capturou o trabalho abstrato, enquanto uma abstração historicamente particular que lhe dá conteúdo. No mesmo sentido, a mercadoria enquanto um valor de troca, ou mesmo valor, é incognoscível

sem seus suportes materiais: os valores de uso. As abstrações não são, assim, justapostas e artificialmente articuladas uma na outra. Ao contrário. Seguem uma ordem necessária, na exata medida em que a abstração seguinte necessita da anterior enquanto um momento interno que torna sua existência possível. Dito de outro modo, cada momento da crítica expõe um conteúdo fundamental cujas formas de expressão, tanto aquelas que afirmam como as que negam este conteúdo, serão desenvolvidas em seguida. Têm razão, portanto, todos aqueles que sustentam que a disposição expositiva das categorias não segue a ordem de sua *gênese* histórica. No entanto, regra geral, não percebem que todas são capturadas em função das fases históricas anteriores, que as tornam acessíveis ao pensamento enquanto uma abstração que expressa um momento e uma articulação particular no desenvolvimento da produção humana¹⁵.

Não sem razão, em vários momentos, Marx assinala o caráter provisório das abstrações. A abstração deve ser compreendida como um mero momento da exposição como um todo. Ela jamais pode ser artificialmente extraída e isolada desse contexto, de modo a informar algo sobre formas sociais mais concretas do que a abstração em questão pretende expressar. Por exemplo, é absolutamente ilegítimo extrair considerações a respeito do modo de produção capitalista, quaisquer que elas sejam, das abstrações em certo sentido a-históricas de que Marx faz uso na análise provisória da mercadoria enquanto valor de uso ou do processo de trabalho enquanto metabolismo entre homem e natureza¹⁶.

Todo o Livro I de *O capital* deve ser assim considerado. Em primeiro lugar, ele trata do capital em geral – não por ser uma categoria a-histórica, mas por abstrair os embates entre os diversos tipos particulares de capital, tratados unicamente no Livro III. O capital em geral constitui, portanto, uma abstração. No entanto, “não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que captura a *differentia specifica* do capital em contraste com todas as outras formas de riqueza ou modos em que se desenvolve a produção (social)”

¹⁵ Curiosamente, em sua principal obra, Arthur dedica um item específico ao tema aqui em análise, denominado justamente Ilustrações históricas em *O capital*. Nesse item, Arthur se refere à “discussão histórica extensa referente às lutas sobre a jornada de trabalho”; em sua opinião, “isto é estritamente ilustrativo e não antecipa o argumento” (ARTHUR, 2016, p. 93). No entanto, não menciona uma só palavra, em todo o livro, sobre as incursões às formas precedentes, presentes no curso de todo *O capital*.

¹⁶ A esse respeito, diz corretamente Zeleny: “Em si mesmas, separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Mas se se entende que são abstrações históricas, possuem uma grande importância filosófica e metodológica (...). São um momento do saber real, imprescindíveis para a ‘conceituação da prática’ e, em função disso, para a prática verdadeiramente revolucionária.” (ZELENY, 1974, p. 307)

(MARX, 2011, p. 369). Como temos dito, algo apenas pode ser uma abstração em relação a outra coisa. E para Marx interessa, antes de tudo, capturar aquelas abstrações que especificam o modo de produção capitalista em relação aos precedentes.

Em resumo, o caráter histórico das categorias não reside no fato de elas se sucederem em *O capital* na ordem em que foram historicamente determinantes, mas de se sucederem na ordem que especifica e determina cada vez mais uma forma histórica particular, com as determinações que lhe são próprias. A tão alardeada *necessidade lógica* no encadeamento das categorias segue, desse modo, a lógica de sua particularização ou determinação histórica. Por essa ótica, se as categorias são historicamente determinadas, não é apenas por terem sido constituídas historicamente em um passado situado por trás da lógica de exposição de *O capital*. Ao contrário, o próprio modo de exposição se mostra, em seu transcurso absolutamente necessário enquanto histórico. O caminho que vai do abstrato ao concreto é, ao mesmo tempo, o caminho do a-histórico ao histórico. Concretizar é historicizar.

Referências bibliográficas

- ALBRITTON, R. *New dialectics and political economy*. Basingstoke: Palgrave, 2003.
- ANTUNES, Jadir. *Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O capital de Marx*. 2005. Tese (Doutorado) defendida na Unicamp, Campinas, 2005.
- ARTHUR, Christopher J. "Against the logical-historical method: dialectical derivation versus linear logic". In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. (Ed.). *New investigations of Marx's method*. Nova Jersey: Humanities Press, 1997, pp. 9-37.
- _____. O mito da "produção simples de mercadorias". *Mais Valia*, São Paulo, v. 7, pp. 36-41, 2009.
- _____. *A nova dialética e O capital de Marx*. São Paulo: Edipro, 2016.
- BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. *Revista Crítica Marxista*, v. 3, pp. 14-44, 1996.
- DUSSEL, Enrique. *Historia de la filosofía y filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1994.
- FULDA, Hans Friedrich. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im "Kapital" von Marx). *HegelJahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.

HEGEL, Georg W. F. *Ciência de la lógica*. 6. ed. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1993.

_____. *Lecciones sobre Platón*. Buenos Aires: Quadrata, 2006.

LENIN, Vladimir I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. “Glosas marginales al ‘Tratado de economía política de Adolph Wagner’”. In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El capital* v. I. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970, pp. 169-83. [Trad. bras.: Glosas marginais ao *Manual de economia política* de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philipe de Caux. Rev. trad. Thiago Simim. *Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Ano XII, v. 23, n. 2, pp. 252-79, nov. 2017. Disponível em: <<http://verinotio.org/conteudo/o.1857818255068565.pdf>>.]

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. (Borrador) 1857-1858. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971.

_____. “Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie”. In: *Marx-Engels Werke* Band 42, Berlim: Dietz Verlag: 1974.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O capital* I. I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em *O capital*. *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, n. 2, pp. 17-41, 1982.

MURRAY, P. *Marx's theory of scientific knowledge*. Atlantic Highlands N. J.: Humanities Press, 2008.

PLATÃO. *Parmênides*. 4. ed. Trad. Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2013.

REICHEL, Helmut. *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SEKINE, T. *An outline of the dialectic of Capital*. Londres: Palgrave MacMillan, 1997. 2 v.

SMITH, Tony. *Dialectical social theory and its critics*. Albany: State University of New York Press, 1993.

UCHIDA, Hiroshi. *Marx's Grundrisse and Hegel's Logic*. Londres: Routledge, 1988.

ZELENY, Jindrich. *La estructura lógica de “El capital” de Marx*. México: Grijalbo, 1974.

Como citar:

MACHADO, Gustavo. O papel da história no modo de exposição de *O capital* de Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 238-269, abr./2018.

Data de envio: 20/11/2017

Data de aceite: 28/3/2018